



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP  
PROCESSO SEI Nº 2025-063224893

## I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar pretende subsidiar a elaboração do planejamento do procedimento de aquisição de materiais destinados à expansão das atividades de conservação e restauro de documentos históricos do TJRJ.

### Da justificativa da necessidade:

A preservação do acervo documental do Poder Judiciário é crucial para a manutenção da memória institucional e para a garantia de direitos individuais e coletivos, assegurando o acesso à justiça e a efetividade do Estado de Direito.

A memória institucional preservada nos documentos judiciais transcende os interesses individuais e se torna um patrimônio de toda a coletividade. Pesquisadores, historiadores e a sociedade civil encontram nesses arquivos a matéria-prima para compreender o passado, analisar as decisões judiciais e o impacto delas na vida social.

Nesse contexto a aquisição ora pretendida visa a otimização do funcionamento dos Laboratórios de Restauro do TJRJ – no Museu da Justiça e no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA), permitindo o atendimento da crescente demanda por serviços de conservação e restauração, contribuindo para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural do Judiciário fluminense.

### Da aquisição anterior:

A presente solicitação de aquisição alinha-se e complementa os esforços contínuos do TJRJ na preservação de seu acervo documental, evidenciados em processos anteriores como o de nº 2024-06128666. É fundamental destacar que, em virtude de uma análise pormenorizada do processo SEI nº 2024-06128666, destinado ao Laboratório do Museu, constatou-se que diversos itens essenciais para as atividades de restauro não puderam ser adquiridos.

Essa falha ocorreu devido a itens que restaram 'fracassados' (devido a propostas desclassificadas ou acima do valor estimado) e à ausência de propostas para outros itens, que resultaram 'desertos'. Tais materiais são de crítica necessidade e urgência para a plena operacionalização e continuidade ininterrupta das atividades e projetos desenvolvidos pelos Laboratórios de Conservação e Restauro do TJRJ.

Considerando o atraso já acumulado na tentativa anterior de aquisição e o impacto direto na capacidade de salvaguarda do patrimônio documental sob responsabilidade do Museu, os itens não adquiridos previamente foram reintegrados a esta nova solicitação de compra. A presente demanda, portanto, requer um processamento prioritário e célere, visando suprir uma lacuna material já existente e assegurar o avanço das indispensáveis ações de conservação e restauro.

### Conclusão:

Diante do exposto e das justificativas apresentadas, a aquisição dos materiais detalhados neste Estudo Técnico Preliminar é imperativa. Ela permitirá ao TJRJ não apenas planejar e executar de forma eficiente a expansão e o aprimoramento das atividades de conservação e restauração de documentos, mas também suprir demandas críticas não atendidas em processos anteriores. Com isso, reitera-se o compromisso da instituição com a garantia da preservação da memória institucional e a facilitação do acesso qualificado à informação pela sociedade.

## II – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**PROCESSO SEI Nº 2025-063224893**

A presente demanda está prevista no PAC-2025 do TJRJ por meio do DFD nº 761/2025, acostado nos autos do processo SEI nº 2025-06324893.

### **III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação ocorrerá sob a égide dos seguintes dispositivos legais:

- Lei Federal nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos;
- Lei Federal nº 8.078/1990: Código de Defesa do Consumidor;
- Lei Federal nº 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Decreto Federal nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto Federal nº 10.818/2021: Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo;
- Decreto Federal nº 10.947/2022: PAC e Sistema PGC - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Resolução nº 347/2020 CNJ: Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário;
- Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME: dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras e ETP Digital;
- Instrução Normativa nº 065/2021 SEGES/ME: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- Instrução Normativa nº 058/2022 SEGES/ME: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras;
- Instrução Normativa nº 073/2022 – SEGES/ME: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras;
- Instrução Normativa nº 081/2022 – SEGES/ME: Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e sobre o Sistema TR Digital;
- Ato Normativo nº 018/2022 TJRJ: Regulamenta o artigo 20 Lei 14133 - Estabelece enquadramento dos bens de consumo adquiridos (comum e luxo);
- Ato Normativo nº 014/2023: Política de Governança das Contratações Públicas TJRJ;
- Ato Normativo nº 051/2023: Política Governança e Proteção Dados Pessoais.

#### **Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, por se tratar de fornecimento de bens com entrega imediata ou programada.

#### **Garantia Contratual**

Não haverá exigência de garantia contratual na presente aquisição em razão das características dos materiais e sua forma de entrega.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**PROCESSO SEI Nº 2025-063224893**

**Garantia dos produtos.**

O prazo de garantia dos materiais será aquele fornecido pelo fabricante quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Validade:**

A validade dos produtos será estabelecida em conformidade com as especificações contidas oportunamente em Anexo do Termo de Referência.

A determinação do prazo de validade considerará os apontamentos técnicos realizados pelo DEPAM, com base na análise do histórico de aquisições anteriores de produtos iguais ou similares, observando as normas técnicas aplicáveis e a legislação pertinente.

**Consórcio**

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da aplicabilidade do disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 no que se refere à exclusividade Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

**Cooperativas**

Não será permitida a participação de cooperativas, uma vez que a atividade relacionada aos serviços a serem executados pela Contratada não se mostram congruentes com o sistema de cooperativismo, a teor do disposto no art. 10 da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG.

**Participação de ME/EPP**

A ser considerado a aquisição de bens de natureza divisível, é aplicável, no que couber para ME/EPP, o disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06.

**Indicação e/ou vedação de marca/modelo/produto**

As marcas indicadas são meramente referenciais.

**Requisitos de Habilitação Técnica**

Em virtude da natureza da aquisição não se faz necessária a habilitação jurídica e qualificação técnica.

**IV - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

Deverão ser adquiridos os materiais de consumo conforme tabela abaixo, essenciais à execução das atividades descritas no item I deste ETP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP  
PROCESSO SEI Nº 2025-063224893

Item	Nome do Material	UF	QTDE
1	Álcool Etílico Hidratado 70°	EB.	30
2	Algodão hidrófilo puro - não estéril	rolo	11
3	Lâmina de Bisturi Nº 20	CAIXA	1
4	Cabo para Bisturi Nº 03	UNIDADE	5
5	Cabo para Bisturi Nº 04	UNIDADE	13
6	Pinça cirúrgica modelo Kelly Rankin	UNIDADE	10
7	Espátula de osso	UNIDADE	5
8	Béquer graduado 1000 ml	UNIDADE	2
9	Béquer graduado 600 ml	UNIDADE	2
10	Béquer graduado 250 ml	UNIDADE	2
11	Béquer graduado 50 ml	UNIDADE	2
12	Tecido Voil	metro	5
13	Espátula/dobreadeira de teflon	UNIDADE	5
14	Espátula dupla nº 31	UNIDADE	5
15	Espátula dupla nº 62	UNIDADE	5
16	Espátula dupla nº 74	UNIDADE	5
17	Espátula/Esculpidor lecron Nº5	UNIDADE	5
18	Lâminas para bisturi nº11	CAIXA	1
19	Lâminas para bisturi nº22	CAIXA	1
20	Pinça allis - 15cm	UNIDADE	5
21	Ralador Inox - 4 faces	UNIDADE	3
22	Cola de carboxi matilcelulose -CMC- Cor Branca - 1KG	EB.	1
23	Cola PVA	EB.	1
24	Fita Filmoplast	ROLO	2
25	Luva Descartável Nitrilica Azul M	CAIXA	50
26	Respirador - classe PFF2	UNIDADE	240
27	Avental em PVC - tipo barbeiro	UNIDADE	30
28	Óculos Ampla Visão	UNIDADE	20
29	Óculos de Proteção Ampla Visão	UNIDADE	5

## V - LEVANTAMENTO DE MERCADO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**PROCESSO SEI Nº 2025-063224893**

A compra dos materiais revela-se a opção plausível por se tratar de material de consumo, de uso imediato e contínuo, não havendo opções como doação, locação ou qualquer outra forma de obtenção dos bens.

Assim, foi procedida pesquisa ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de se obter o melhor modelo de contratação.

Diante do exposto este levantamento de mercado entende que a aquisição dos equipamentos por meio de Licitação, por pregão eletrônico, seja a melhor alternativa para o TJRJ.

#### **VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Em atendimento à Instrução Normativa nº 65/2021-SEGES, foi realizada pesquisa no Compras.Gov e no Painel de Preços.

O valor preliminar estimado para a presente contratação perfaz o total de **R\$ 13.696,71** (treze mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), conforme pesquisa de preços anexa aos autos do processo SEI nº 2025-063224893, sem prejuízo aos valores que serão aferidos oportunamente pelo Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM).

#### **VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Os materiais necessários, a serem adquiridos, objetivando à continuidade e ampliação das atividades de conservação e restauro de documentos históricos do Poder Judiciário são os descritos na planilha contida no item IV desse documento e suas especificações serão oportunamente inseridas em anexo próprio do Termo de Referência.

Os materiais deverão ser entregues até 30 (trinta) dias, contados a partir do encaminhamento da Nota de Empenho pelo TJRJ à licitante vencedora, através de correio eletrônico, indicados na proposta de preços.

##### **Local de entrega:**

No Serviço de recebimento de Materiais da Divisão de Almoxarifado do Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM), situado na Praça dos Expedicionários s/nº - Centro – Niterói, mediante agendamento prévio, que deverá ser realizado pelos telefones: (21)2718-9728/(21)2718-9748 com no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

A licitação deverá ser na modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento de menor preço por item.

#### **VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

O objeto da presente contratação poderá ser adjudicado a diferentes fornecedores, sendo possível o parcelamento, uma vez que a lista de objetos é composta por itens divisíveis de acordo com as suas características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, podendo o critério de julgamento se dar pelo menor preço por item.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**PROCESSO SEI Nº 2025-063224893**

Além disso, o fato de a aquisição ora pretendida não possuir itens com valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) torna viável a aplicabilidade do disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 no que se refere à exclusividade Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame licitatório.

#### **IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Ampliação das atividades de conservação e restauro de documentos e objetos de valor histórico do TJRJ. Atendimento a solicitações de outras unidades organizacionais do TJRJ para realização de serviços de higienização e reparos em documentos em uso corrente ou de guarda permanente.

#### **X - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não se aplica.

#### **XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Considerando a extensão da listagem de materiais originalmente solicitada (aproximadamente sessenta itens), a aquisição foi dividida em 03 (três) processos SEI: 02 (dois) para materiais de consumo (Processos SEI nº: 2025-06311636 e nº: 2025-06324893 e 01 (um) para material permanente (Processo SEI nº: 2025-06324896).

#### **XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratada deverá cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

#### **XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO**

Em observância ao disposto no § 2º do art. 18 da Lei 14.133/2021, conclui-se:

- ( ☒ ) **SER adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**
- ( ☐ ) **NÃO SER adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

**Unidade Organizacional Requisitante:**

Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento – Museu da Justiça (MUSEU) e  
Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA)

**Gestor do futuro contrato: (nome e matrícula)**

Marcio Ronaldo Leitão Teixeira, matrícula 14.751



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ESTUDO TÉCNICO PREMILINAR - ETP**  
**PROCESSO SEI Nº 2025-063224893**

**Integrantes da Unidade Requisitante (se houver)**

**Integrantes da Unidade Técnica (se houver)**